Acervo ISA

26/5/71

tada pela Justiça civil e pela Justiça Militar, o que poderá tornar sem efeito os processos abertos até agora.

Detalhes e coincidências — A incapacidade da Justiça em ser mais breve na apuração das denúncias envolvendo policiais não parece ser exclusiva do Supremo Tribunal Federal ou do ministro Thompson Flores. Enquanto em Brasília a questão do habeas corpus caminha penosamente, no Rio, o promotor Rodolfo Avena, responsável pelas primeiras investidas contra o "esquadrão da morte", voltava a solicitar da polícia informações sôbre os últimos homicídios misteriosos. Embora tenha participado na sua carreira de promotor de quase seiscentos julgamentos com um índice baixíssimo de derrotas (apenas dezoito), Rodolfo Avena confessava na semana passada suas dificuldades para apurar os crimes atribuídos ao "esquadrão". No início de 1970, depois de um lento e minucioso levantamento, êle relacionou 28 mortes, solicitando esclarecimentos à polícia. A resposta foi que todos êsses crimes estavam em fase de investigações preliminares. Até agora nada foi esclarecido mas o promotor afirma que sua atuação serviu pelo menos para diminuir, ou pràticamente fazer desaparecer, o "esquadrão" carioca. Em São Paulo, a denúncia inicial do procurador Hélio Bicudo, envolvendo três policiais subalternos (mais tarde seguiram-se outras denúncias contra delegados e um diretor de presídio), também teve efeito semelhante.

Tão suscetível às denúncias, o "esquadrão", protegido por detalhes processuais e até mesmo por algumas coincidências, parece entretanto guardar fôrças suficientes para resistir a uma rápida atribuição de responsabilidades e eventual condenação pela Justiça. Ao mesmo tempo em que, pelo voto do ministro Thompson Flores, o Supremo empatava a discussão sôbre a legitimidade das denúncias formuladas pelo procurador Hélio Bicudo (segundo dois ministros, êle seria competente para oferecer a denúncia; segundo outros dois, não seria), a decisão de Amaral Santos de pedir vistas e adiar o julgamento do habeas corpus do delegado Fleury pode ter sido influenciada por um equívoco do ministro Aliomar Baleeiro, que presidia a sessão. Ao passar a palavra a Amaral Santos, Baleeiro chamou-o de Amaral Netto. O auditório e os próprios juízes riram muito do engano mas Amaral Santos, antes mesmo que Baleeiro se desculpasse, tomou a palavra: "Se eu fôsse Amaral Netto * seria um demagogo. Nunca fui um demagogo, pelo contrário. Sou até um pouco ríspido. Peço vista do processo".

* *Jornalista e deputado federal pela Arena da Guanabara.*

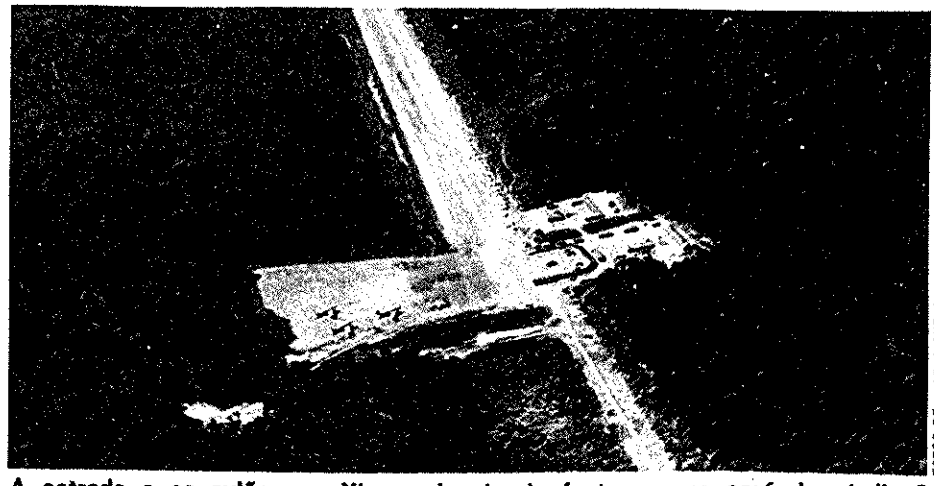
Índios, bibliotecas e tratores

Um maço de cigarros Hollywood com filtro por uma flecha. Um tablete de chocolate Nestlé por um cocar. Com pequenas transações comerciais dêsse tipo, algumas senhoras elegantes vindas de Brasília, Manaus e São Paulo entraram em contato pela primeira vez na vida com os índios enquanto seus maridos, quase todos investidores com grandes projetos agropecuários para a área da Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), assinavam como testemunhas um documento histórico, marcando a importância do fato ocorrido pouco antes: uma potente motoniveladora, transportada para a outra margem do rio, consumara simbòlicamente a construção da rodovia BR-80, em pleno território do Parque Nacional do Xingu. Os trezentos participantes dessa comemoração, levados, no último dia 15, até uma improvisada pista de pouso, dedicaram-se em seguida a um festivo churrasco. Alguns índios, especialmente convidados e prèviamente vestidos com calças farwest, rodeavam as mesas, recebendo às vêzes um pedaço de carne, frutas ou água mineral. Quando os aviões partiram, uma nuvem de poeira cobriu o acampamento já repleto de máquinas e trabalhadores. No palanque vazio, onde horas antes o ministro Costa Cavalcanti, do Interior, tinha pronunciado seu discurso, uma grande faixa de pano balançava ao vento: "A BR-80 desvenda os mistérios do Xingu. A civilização e o progresso caminham".

O mistério continua — Embora seja indiscutível que a civilização caminhou, o otimismo da faixa revela uma certa ingenuidade quanto ao fim do mistério dos índios. Dificilmente qualquer um dos participantes da alegre revoada seria capaz de raciocinar como um "bugreiro" dos tempos da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que, depois de uma carnificina numa aldeia "kaicang", declarou intrigado: "Êles até pareciam gente".

Com muita freqüência, porém, civilizadores mais modernos e sofisticados têm ainda, segundo a maioria dos cientistas que estudam os índios, uma visão excessivamente simplista do que êles representam.

A evidência gritante de que os índios não possuem defesa contra doenças levadas pelo branco (milhares dêles já morreram de gripe ou sarampo) parece ser reconhecida por todos. Mas a desinibida irresponsabilidade dos que pregam uma integração apressada e a todo risco revela uma teimosa negativa em preocupar-se com problemas mais sutis.



FOTOS DE ANGELA OTERO

A estrada e os aviões no Xingu: depois da festa, o que será dos índios?

Bandeira de Mello: sobreviverão

Acervo ISA

Txucarramae

Os índios brasileiros são freqüentemente entendidos como um só povo, quando na verdade constituem mais de cem nações diferentes, com culturas e línguas diversas. Tratar os índios como sendo todos iguais significaria um êrro ainda mais elementar do que o de pretender reunir tôdas as nações de origem latina numa só.

A pressão do progresso — Um êrro muito mais grave, entretanto, seria reparti-los em grupos como os "cassiteritas", os "bois", uma curiosa mas significativa classificação usada até mesmo por alguns funcionários da Funai nas suas conversas menos formais. Os "cassiteritas" seriam os índios que fatalmente serão afastados de suas terras porque elas são ricas nesse minério. Os "bois", os cujas aldeias seriam substituídas por pastos. E assim por diante.

Embora a posse da terra esteja assegurada aos índios pela Constituição, é indiscutível que o progresso e o desenvolvimento econômico influenciam o destino de quem a habita. O próprio presidente da Funai, general Bandeira de Mello, numa conferência realizada na semana passada, em Brasília, admitiu que a construção de estradas talvez obrigue a Funai a transferir algumas tribos para novas reservas a serem criadas.

Essa é uma solução tècnicamente possível mas que, segundo alguns especialistas, pode ter resultados desastrosos. Citam como exemplo os Men-Kronoti, do Pará, que, transferidos em grupos, morreram todos. A mudança se deu para um lugar cuidadosamente escolhido, de características idênticas às de origem, mas os índios transplantados não conseguiam trabalhar e simplesmente não comiam. Morreram de inanição.

Teoria e prática — Incumbida da enorme tarefa de dar ao problema dos índios soluções adequadas ao mesmo tempo sob o ponto de vista científico e econômico, a Funai, herdeira ainda de velhas deficiências do antigo SPI (Serviço de Proteção aos Índios), parece estar empenhada numa tarefa além das suas fôrças. Mesmo tendo duplicado, nos últimos quatro anos, seu orçamento e seu pessoal qualificado, a Funai possui hoje apenas quatro antropólogos que trabalham em Brasília, presos a funções mais ou menos burocráticas. O departamento de estudos e pesquisas e o Museu do Índio são dirigidos por advogados (existem 23 advogados e vinte economistas entre os setecentos funcionários). A Funai não conta em seus quadros com nenhum sociólogo e nenhum lingüista. E, embora constantemente citados pela imprensa, os principais planos do órgão (como o Plano de Desenvolvimento Integrado, que seria pôsto em prática nas comunidades indígenas do sul de Mato Grosso) são desconhecidos pelos próprios antropólogos da Fundação. Um outro estudo específico para a integração de seis comunidades indígenas no Pará, premiado com menção honrosa num congresso em Tóquio, em 1967, foi abandonado.

Tôda política indigenista brasileira parece ser assim o que o professor Roberto da Mata, um dos responsáveis pela cadeira de antropologia social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, chama de "diálogo de surdos". De um lado os cientistas gritando que os índios vão morrer. De outro, a Funai garantindo que existe um plano de integração e que estradas ou desenvolvimento econômico não têm nada a ver com etnocídio. Os dois pontos de vista, segundo Da Mata, não seriam incompatíveis desde que houvesse uma efetiva colaboração "entre o sujeito que vai a uma tribo com preocupações acadêmicas ou teóricas e o que está interessado em melhorar, ajudar, integrar enfim".

Colocados entre tratores barulhentos de um lado e o pêso científico de mais de 2 800 livros publicados sôbre êles, a maioria ocupando grandes prateleiras na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, o destino dos índios brasileiros continua sendo uma incógnita. Vistos, por uns, como patrimônio da humanidade que pode estudar na era espacial uma cultura de base neolítica e, por outros, como simples entrave à passagem das boiadas (afora contradições menores, como a de pesquisadores de lingüística indígena que usariam, segundo algumas denúncias, além de gravadores, contadores geiger), êles parecem depender muito ainda de sertanistas como os irmãos Cláudio e Orlando Villas-Boas. Embora sejam naturalmente defensores intransigentes do Parque, no dia da festa inaugural da BR-80 os Villas-Boas estavam no meio do mato tentando acalmar uma tribo que poderá dar trabalho à chegada do progresso.

LUIGI MAMPRIN

Orlando: para que discutir?

PARIS-MATCH

Índios no Parque: um patrimônio da humanidade ou um entrave ao progresso?